FACULDADE REGIONAL DE RIACHÃO DO JACUÍPE – FARJ

FACULDADE DE PEDAGOGIA

MARIA DA GRAÇA VALÉRIO SOARES

IN(EX)CLUSÃO ESCOLAR:CONTRADIÇÕES E AMBIGUIDADES DA REALIDADE EDUCACIONAL - REFLEXÕES A PARTIR DA PRÁTICA DOCENTE.

RIACHÃO DO JACUIPE-BA

2026

MARIA DA GRAÇA VALÉRIO SOARES

IN(EX)CLUSÃO ESCOLAR:CONTRADIÇÕES E AMBIGUIDADES DA REALIDADE EDUCACIONAL - REFLEXÕES A PARTIR DA PRÁTICA DOCENTE.

Trabalho apresentado à Faculdade Regional de Riachão do Jacuípe, como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Me. Elaine de Araújo Carneiro

RIACHÃO DO JACUÍPE

20026

MARIA DA GRAÇA VALÉRIO SOARES

IN(EX)CLUSÃO ESCOLAR:CONTRADIÇÕES E AMBIGUIDADES DA REALIDADE EDUCACIONAL - REFLEXÕES A PARTIR DA PRÁTICA DOCENTE.

Aprovado em ____/____/____

Banca Examinadora

_____

_____

AGRADECIMENTOS

A jornada até aqui foi repleta de desafios, mudanças, adaptações , que se fizeram necessárias, por tanto essa conquista carrega muito mais do que trabalho escrito: juntamente vem sonhos, inseguranças, muito estudo, e principalmente a vontade de concluir a graduação.

Agradeço primeiramente a Deus,por ter me sustentado durante toda a caminhada, por me dar forçar nos momentos em que pensei em desistir e por me permitir chegar ao final dessa etapa tão importante da minha vida.

À minha família, meu agradecimento mais que especial. As minhas filhas , agradeço por compreenderem minhas ausências e por me apoiarem sempre. Agradeço a todos que estão sempre do meu lado, por acreditarem na minha capacidade. Essa vitória também é de vocês. Sem o apoio minha família essa jornada teria sido mais difícil.

Aos meus professores agradeço por cada ensinamento,cada conselho e cada experiência compartilhada. Nessa trajetória compreendi que a pedagogia vai muito além de ensinar conteúdos, a educação pode transformar vidas.

A minha orientadora Elaine de Araújo Carneiro, minha gratidão pela dedicação ,pelas orientações , pelas revisões e pelas contribuições que foram essenciais para a realização desse trabalho.

Aos meus colegas de curso, agradeço por todos os momentos compartilhados. Entre trabalhos, provas, apresentações, risadas, desafios, construímos lembranças que farão parte da minha história.

À instituição de ensino, na pessoa da diretora Sonaide, por proporcionar uma formação de qualidade e por ser um espaço de construção de saberes e valores.

Agradeço a todas as crianças, educadores e educadoras que cruzaram meu caminho durante os estágios e práticas escolares. A troca com cada um e com cada uma de vocês trouxeram mais sentido a Pedagogia.

Esta TCC representa o fim de uma etapa, mas também o começo de muitos outros sonhos. E, olhando para trás, só consigo sentir gratidão por tudo que vivi e orgulho por ter chegado ate´aqui.

A todas e todos, meu muito obrigada

SUMÁRIO

1. Introdução.....8

2. Metodologia.....12

3. Inclusão escolar: do direito à efetivação.....12

4. Inclusão e exclusão: uma relação contraditória.....14

5. Mantoan e transformação da escola.....15

6. Ambiguidades da Inclusão escolar: Contribuições de Michel Foucault.....17

7. Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas.....18

8. Reflexões sobre a In(ex)clusão Escolar a partir da prática docente.....19

9. A distância entre o discurso inclusivo e a realidade escolar.....20

10. Considerações finais.....21

11.Referências.....23

RESUMO

A educação inclusiva constitui um dos debates mais expressivos nas políticas educacionais contemporâneas, respaldada no Brasil pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). O objetivo desta pesquisa é compreender a realidade da inclusão escolar, analisando os discursos, as práticas e as contradições presentes no cotidiano educacional de estudantes com deficiência. Problematiza-se o distanciamento entre o aparato legal e a prática docente, investigando como os processos de inclusão e exclusão se manifestam no cotidiano escolar diante da persistência de barreiras infraestruturais, pedagógicas e formativas que resultam em uma inclusão meramente espacial ou excludente. O referencial teórico fundamenta-se nas contribuições de alguns autores como: Silva (2014), Mantoan (2003) e Freire (1996). A metodologia caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de cunho analítico e reflexivo, cuja escolha temática decorre de observações empíricas da vivência docente no acompanhamento de alunos com deficiência em classes comuns. Conclui-se que a garantia do acesso formal à escola regular não assegura, por si só, a permanência e o sucesso na aprendizagem, evidenciando a urgência de uma análise crítica sobre as condições oferecidas pelas instituições para a efetiva consolidação de uma sociedade genuinamente inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Políticas Educacionais. Prática Docente. Cotidiano Escolar.

ABSTRACT

Inclusive education constitutes one of the most significant debates in contemporary educational policies, backed in Brazil by the 1988 Federal Constitution and the Law of Guidelines and Bases of National Education (Law No. 9,394/1996). The objective of this research is to understand the reality of school inclusion by analyzing the discourses, practices, and contradictions present in the educational daily life of students with disabilities. It problematizes the gap between the legal apparatus and teaching practice, investigating how the processes of inclusion and exclusion manifest themselves in the school routine given the persistence of infrastructural, pedagogical, and formative barriers that result in a merely spatial or excluding inclusion. The theoretical framework is grounded on the contributions of Silva (2014), Mantoan (2003), and Freire (1996).The methodology is characterized as qualitative research of an analytical and reflective nature, whose thematic choice stems from empirical observations of teaching experiences in monitoring students with disabilities in regular classrooms. It concludes that guaranteeing formal access to regular schools does not, by itself, ensure permanence and success in learning, highlighting the urgency of a critical analysis regarding the conditions offered by institutions for the effective consolidation of a genuinely inclusive society.

Keywords: Inclusive Education. Educational Policies. Teaching Practice. School Daily Life.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um dos principais debates no campo das políticas educacionais contemporâneas. Nas últimas décadas, muitos países começaram a adotar medidas que garantam o acesso de todos os estudantes ao sistema educacional, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou culturais, e vem sendo um dos temas abordados com uma frequência significativa no âmbito da educação.

No Brasil, esse movimento ganhou força especialmente a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que reconhecem a educação como direito de todos, antes disso as leis não viabilizavam a inclusão em escolar de ensino regular para estudantes com deficiência, o resultado foi a criação de escolas que atendessem somente pessoas deficiências, e esse, era obviamente o destino dessas crianças.

Essas legislações, aplicadas a partir de 1988, estabelecem que estudantes com deficiência devem ser atendidos preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo igualdade de oportunidades no processo educacional e o pleno desenvolvimento dessas pessoas.

A partir dessas políticas educacionais , das legislações que visam a inclusão, ampliou-se significativamente o número de estudantes com deficiência matriculados em escolas regulares. Esse avanço representa um importante passo na democratização do acesso à educação. No entanto, a presença desses estudantes nas escolas não garante, por si só, que a inclusão esteja sendo efetivamente realizada, pois é comum escolas confundirem presença física com inclusão.

Muitas instituições de ensino ainda enfrentam dificuldades relacionadas à infraestrutura escolar, à formação de professores e à adaptação das práticas pedagógicas, e o mais perigoso é que isso soa normal nos espaços escolares, sendo o cotidiano de muitas escolas. Dessa forma, torna-se fundamental investigar como a inclusão escolar ocorre na prática, observando se as condições oferecidas pelas escolas

realmente permitem que os estudantes com deficiência participem de maneira plena das atividades educacionais.

Embora a legislação brasileira assegure o direito à educação inclusiva, ainda existem questionamentos acerca da efetivação desse princípio no cotidiano escolar. Nesse sentido, torna-se necessário analisar, observar e refletir sobre como os processos de inclusão se materializam na prática educacional, e se as condições oferecidas pelas instituições favorecem de fato, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Leis e normas para garantir a inclusão escolar existem, mas será que a inclusão em si é uma realidade? Será que na prática existe a tão “falada” e idealizada inclusão nos espaços educacionais são benéficos aos envolvidos?

Diversos estudos e pesquisas sobre inclusão sustentam a necessidade de um olhar mais atento para essa realidade educacional, a Autora Luzia Guacira dos Santos Silva, no Livro Educação Inclusiva, nos relata práticas pedagógicas para uma escola sem exclusões, um livro altamente necessário para otimizar ações pedagógicas condizentes com a necessidades dos alunos inclusos.

O livro citado acima possui o seguinte texto:

> Partimos do princípio de que a inclusão não consiste somente em efetuar a matrícula de alunos com deficiência na escola, mas sim em um processo de criar um todo, de reunir os alunos em geral(independente de sua condição étnica, social, física,sensorial,intelectual) e fazer com que aprendam juntos e tenham sucesso em sua aprendizagem. Uma questão que se revela importante é a efetivação de ações que *mobilizem* toda a escola,seja por meio de reuniões, palestras, cursos de formação , em torno dos princípios que fundamentam o processo de inclusão escolar e social.(SILVA,LUZIA GUACIRA DOS SANTOS,2014, p.40)

A presente pesquisa tem como objetivo compreender a realidade da inclusão escolar, analisando os discursos, as práticas e as contradições presentes no cotidiano educacional de estudantes com deficiência.

De qualquer forma, é viável , e o mínimo a ser feito é entender a realidade escolar destes alunos(as), por isso a importância de investigar, esclarecer, e apontar as ambiguidades da realidade educacional, buscar uma observação ampla da inclusão no

ensino desses sujeitos, para se possível perceber onde está sendo falho, qual o real caminho a ser percorrido e contribuir para uma termos uma sociedade de fato inclusiva.

A educação inclusiva traz desafios reais para as instituições, existem diversos obstáculos que dificultam a efetivação de uma instituição escolar verdadeiramente inclusiva. Segundo Maria Tereza Montoan(2015), incluir não significa inserir o aluno no espaço escolar regular, mas garantir sua participação ativa no processo de aprendizagem. Porém as escolas regulares não foram preparadas para receber estudantes com deficiências.

Seguindo nesse raciocínio, observa-se que muitos estudantes enfrentam dificuldades e desamparos relacionadas á ausência de suporte pedagógico adequado ,á insuficiência de formação docente e as limitações estruturais de ensino, equipe de apoio e políticas educacionais consistentes. Para Paulo Freire, a educação deve promover autonomia, participação e transformação social, sendo entendido como fundamental para construção de práticas educacionais mais humanizadas.

Assim, o presente trabalho busca refletir sobre as ambiguidades presentes na inclusão escolar, analisando os desafios enfrentados pelas instituições de ensino na construção de uma educação acessível a todos.

Diante desse contexto, o presente estudo busca responder á seguinte questão: como os processos de inclusão e exclusão se manifestam no cotidiano escolar, considerando as contradições existentes entre discursos inclusivos e a realidade educacional observada na prática docente?

A escolha do tema surgiu a partir das experiências vivenciadas durante a prática docente e da observação do cotidiano escolar, especialmente no acompanhamento de estudantes com deficiências inseridos em classes regulares. Essas vivencias possibilitam perceber que , embora a inclusão escolar esteja amplamente defendida pelas políticas públicas e pelos discursos institucionais, sua efetivação ainda enfrenta diversos desafios no contexto educacional.

Ao longo da experiência profissional, foi possível observar situações em que o acesso á escola está garantido, mas nem sempre acompanhado das condições necessárias para assegurar a participação , a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes, em várias situações vividas a inclusão foi totalmente excludente. Tal

realidade evidencia a existência de contradições entre os princípios da educação inclusiva e as práticas desenvolvidas no cotidiano escolar.

A relevância dessa pesquisa está na necessidade de ampliar as reflexões sobre os processos inclusão e exclusão presentes nas instituições de ensino, contribuindo para uma análise crítica das condições oferecidas aos estudantes com deficiências e dos desafios enfrentados pelos profissionais da educação, são questionamentos fundamentais para enxergar o que está sendo oferecido de fato para estudantes com deficiências, independente do nível escolar.

Além disso, o estudo justifica-se por sua importância social e educacional, uma vez que analisar e discutir a inclusão escolar, significa refletir e questionar sobre o direto á educação ,á igualdade de oportunidades e ao respeito á diversidade humana. Dessa forma espera-se que a pesquisa contribua para o fortalecimento de práticas pedagógicas mais inclusivas, humanizadas e comprometidas com a construção de uma escola verdadeiramente democrática e enfatizar que temos leis para serem usadas e efetivas.

Diante dessas questões, este trabalho tem como objetivo geral analisar como os processos de inclusão e exclusão se manifestam no âmbito escolar, considerando as contradições presentes na realidade educacional e as reflexões construídas na prática docente. Além disso, buscou-se identificar situações que evidenciam processos de inclusão e exclusão no contexto escolar; analisar se as práticas inclusivas estão presentes no cotidiano escolar ou se permanecem apenas no campo teórico; avaliar as condições de infraestrutura das escolas para o atendimento de estudantes com deficiência; analisar os desafios encontrados pelo docente na promoção da inclusão.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, por compreender que os fenômenos educacionais envolvem aspectos subjetivos , sociais e culturais que não podem ser reduzidos a dados quantitativos. A pesquisa possui caráter bibliográfico e reflexivo, fundamentando-se na analise de obras , artigos científicos , documentos oficiais e legislações relacionadas á educação inclusiva e aos processos de inclusão e exclusão escolar.

Para a construção do referencial teórico , serão utilizados autores que discutem a educação inclusiva sob diferentes perspectivas, entre eles Maria Tereza Eglér Mantoan(2013), Paulo Freire(1987,1996) e Michel Foucault(2024), além de documentos legais que orientam as políticas públicas voltadas á inclusão escolar no Brasil.

A pesquisa também apresenta carácter reflexivo, uma vez que considera experiencias e observações construídas a longo da prática docente da pesquisadora. Essas vivencias serão utilizadas como elemento da analise e reflexão acerca das contradições e ambiguidades presentes no cotidiano escolar, especialmente no que se refere á inclusão de estudantes com deficiência.

A analise de dados será realizada por meio de interpretação crítica do material bibliográfico selecionado, articulando os referenciais teóricos com as experiencias observadas na prática docente. Dessa formas , busca-se compreender como os processos de inclusão e exclusão se manifestam na realidade educacional e quais desafios ainda precisam ser superados para a construção de uma escola de fato inclusiva.

3. Inclusão escolar:do direito à efetivação

A discussão sobre educação inclusiva está diretamente relacionada à compreensão da educação como direito fundamental e à necessidade de superar práticas históricas de segregação e de exclusão. No contexto brasileiro , esse processo foi marcado pela ampliação dos marcos legais que passaram a reconhecer a pessoa com deficiência como sujeito de direitos e a estabelecer responsabilidades do Estado e

das instituições educacionais para garantir seu acesso e sua participação no sistema de ensino.

A Constituição Federal de 1988 constitui um marco fundamental nesse processo ao estabelecer a educação como direito de todos e ao determinar a igualdade de condições de acesso e a permanência na escola. Ao assegurar o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência , preferencialmente na rede regular de ensino, a Constituição contribuiu para a construção de uma compreensão exclusivamente individual para uma questão relacionada também às condições sociais e educacionais oferecidas aos sujeitos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) aprofundou esse princípio ao definir a educação especial como modalidade de educação escolar e estabelecer a necessidade de organização de recursos , métodos , currículos e estratégias especificas para atender às necessidades dos estudantes da educação especial.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoas com Deficiência (Lei nº 13. 146/15) representa outro marco relevante ao estabelecer , em seu artigo 27, que a educação constitui direito da pessoa com deficiência e deve ser assegurada em um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de modalidade. A legislação amplia a compreensão do direito à educação ao estabelecer que a pessoa com deficiência deve ter asseguradas condições de acesso , permanência , participação e aprendizagem, mediante a oferta de serviços e recursos de acessibilidade capazes de eliminar barreiras.

A inclusão escolar constitui um princípio educacional fundamentado no reconhecimento da diversidade humana e no direito de todos os indivíduos á educação. Essa perspectiva compreende a escola como um espaço que deve acolher as diferenças e promover oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes,independente de suas características físicas , cognitivas , sociais, culturais ou emocionais.

Essa concepção é fundamental para a presente pesquisa porque permite compreender que a inclusão não se esgota na matrícula do estudante na escola regular. O direito à educação envolve um conjunto de condições que possibilitem ao sujeito participar efetivamente das experiências escolares e ter acesso ao conhecimento.

Assim , a analise da inclusão exige que sejam observadas as condições concretas nas quais 0 processo educativo acontece.

A legislação , portanto, estabelece importantes parâmetros para a construção da educação inclusiva, mas a existência de dispositivos legais não garante automaticamente essa concretização. Entre a formulação das políticas públicas e sua materialização no cotidiano escolar existe um campo de tensões, desafios e contradições que precisa ser investigado. É justamente nesse espaço entre o que está previsto legalmente e aquilo que ocorre nas práticas escolares que se situa uma das questões centrais desta pesquisa.

4. Inclusão e exclusão: uma relação contraditória

Pensar em inclusão implica também problematizar o conceito de exclusão. Embora possam parecer conceitos opostos , inclusão e exclusão podem coexistir em determinados contextos escolares. Um estudante pode estar fisicamente inserido em uma sala de aula e, simultaneamente , permanecer excluído de determinadas experiências de aprendizagem, das interações sociais ou das atividades propostas.

Essa compreensão permite superar uma visão restrita segundo a qual incluir significa apenas garantir a presença do estudante no espaço escolar. A inclusão precisa ser analisada a partir das possibilidades concretas de participação e aprendizagem. Nesse sentido , a existência de barreiras pedagógicas , arquitetônicas , tecnológicas ou atitudinais pode limitar a participação do estudante para as condições que podem dificultar sua participação.

É nesse ponto que a discussão sobre inclusão se aproxima de uma análise crítica das práticas escolares. Quando a escola mantém estruturas, metodologias ou formas de avaliação que não consideram a diversidade dos estudantes, pode produzir mecanismos de exclusão mesmo quando sua intensão declarada é promover ai nclusão. Dessa forma, a contradição entre discurso e prática constitui elemento relevante para compreender os limites da inclusão escolar.

5. Mantoan e a transformação da escola

As contribuições de Maria Tereza Mantoan são fundamentais para a compreensão da educação inclusiva no contexto brasileiro. A autora questiona modelos escolares baseados na homogeneização dos estudantes e defende a construção de uma escola capaz de reconhecer e acolher as diferenças.

Para Mantoan(2013), a inclusão não deve ser entendida como uma simples adaptação do estudante a uma estrutura escolar previamente estabelecida. Ao contrário, é a própria escola que precisa se transformar para acolher a diversidade de seus estudantes. Essa perspectiva desloca o foco da deficiência individual para as condições institucionais e pedagógicas que podem favorecer ou dificultar a participação.

A contribuição da autora permite compreender que uma escola inclusiva não é aquela que cria espaços paralelos para determinados estudantes, mas aquela que reorganiza suas práticas para que todos possam participar do processo educativo. Isso envolve repensar o currículo, as metodologias, os processos avaliativos, as relações pedagógicas e as formas de organização escolar.

Essa compreensão dialoga diretamente com o problema desta pesquisa, uma vez que permite investigar se as práticas observadas no cotidiano escolar efetivamente produzem condições de participação e aprendizagem ou se apenas reproduzem uma inclusão formal, limitada à presença física do estudante.

Paulo Freire e a educação como prática de diálogo e transformação

A perspectiva de Paulo Freire também oferece importantes contribuições para a discussão da educação inclusiva. Embora sua obra não esteja restrita ao campo da educação especial, seus conceitos de diálogo, autonomia, participação, respeito aos saberes dos sujeitos e transformação social possibilitam pensar uma escola comprometida com o reconhecimento da diversidade.

Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1996) critica práticas educativas fundamentadas em relações autoritárias e defende uma educação dialógica, na qual os sujeitos participam ativamente da construção do conhecimento. Em *Pedagogia da*

Autonomia, Freire (1996) reforça a importância de uma prática docente comprometida com o respeito aos educandos, com sua autonomia e com o reconhecimento de que ensinar exige considerar os sujeitos concretos que participam do processo educativo.

A aproximação entre o pensamento freireano e a educação inclusiva permite compreender que incluir significa reconhecer o estudante como sujeito do processo educativo. Isso implica abandonar uma concepção segundo a qual o estudante com deficiência é apenas receptor de cuidados ou de adaptações e reconhecê-lo como sujeito capaz de participar, produzir sentidos, aprender e contribuir para a construção coletiva do conhecimento. Nesse sentido, a inclusão possui também uma dimensão ética e política.

Trata-se de construir relações pedagógicas que reconheçam a dignidade dos sujeitos e enfrentem práticas de silenciamento, invisibilidade ou desvalorização das diferenças. A escola inclusiva, nessa perspectiva, precisa ser compreendida como espaço de diálogo, participação e construção da autonomia.

5. Inclusão e prática docente.

A prática docente desempenha um papel fundamental na concretização dos princípios da educação inclusivas. É por meio das ações desenvolvidas pelos professores que as propostas educacionais ganham significado escolar, influenciando diretamente as experiencias de aprendizagem dos estudantes.

A diversidade presente nas salas exige dos professores e de toda a equipe escolar uma constante reflexão sobre suas metodologias, estratégias de ensino e formas de avaliação. Nesse cenário , a inclusão demanda muita flexibilidade pedagógica, sensibilidade e um olhar atento para reconhecer as diferentes necessidades dos alunos, possibilitando condições que favoreçam sua participação e desenvolvimento.

As experiências construídas ao longo da prática docente revelam que os desafios da inclusão ultrapassam as questões teóricas e normativas. No cotidiano escolar os professores frequentemente se deparam com situações complexas que exigem adaptações, diálogo e criatividade para responder ás demandas educacionais existentes.

Dessa forma, a reflexão sobre a prática torna-se uma elemento essencial para a construção de processos educacionais mais inclusivos ,permitindo o professor analisar criticamente sua atuação e identificar possibilidades de aprimorar da realidade escolar, o

ato de refletir sobre o ensino, sobre a teoria e a prática, podendo assim gerar mudanças reais.

O ponto de partida precisa ser sempre pensando no desenvolvimento pleno dos estudantes, e é um dever da gestão e professores observar, organizar e reorganizar ,se possível, e se necessário o ambiente e as práticas pedagógicas. A importante dimensão da reflexão refere-se ao reconhecimento das crianças e das suas singularidades.

6. Ambiguidades da Inclusão escolar: Contribuições de Michel Foucault

A analise da inclusão escolar pode ser enriquecida pelas reflexões de Michel Foucault (2024)acerca das relações de poder e mecanismos de normalização presentes nas instituições sociais. A partir da prática docente, observa-se que alguns estudantes não se adéquam aos padrões esperados de comportamento e aprendizagem, produzindo situações nas quais alguns estudante encontram maiores dificuldades para serem reconhecidos e plenamente incluídos.

Essa situação pode ser analisada á luz das contribuições de Foucault, que discute como as instituições produzem mecanismos de vigilância e normalização dos sujeitos.

A discussão sobre inclusão envolve a defesa do direito de todos os estudantes á educação , entretanto a escola também pode ser compreendida como um espaço permeado de poder, normas e mecanismo de controle. Nesse sentido, as contribuições deste autor permitem refletir sobre as contradições existentes entre discursos inclusivos e determinadas práticas presentes no cotidiano escolar.

Em sua obra Vigiar e Punir, o Foucault analisa como as instituições modernas desenvolvem mecanismos e disciplina voltada para a organização e controle dos indivíduos. Embora o autor não trate especificamente da educação inclusiva, sua reflexão contribui para compreender como a escola, em alguns momentos, pode valorizar o comportamento considerado “adequado”, dificultando o reconhecimento das diferenças.

Ao analisar os mecanismos disciplinares nas instituições modernas , Foulcault possibilita compreender que a escola não é apenas um espaço de aprendizagem, mas também um ambiente de produção de normas e expectativas sobre os sujeitos. Sob essa

perspectiva, torna-se possível refletir sobre como determinadas diferenças podem podem ser percebidas como desvios em relação ao padrão considerado normal, produzindo processos sutis de exclusão mesmo em contextos que se apresentam como inclusivos. Essa reflexão contribui para compreender as ambiguidades presentes na inclusão escolar contemporânea.

7. Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas

A efetivação da educação inclusiva está diretamente relacionada à atuação dos professores e às condições oferecidas para o desenvolvimento de seu trabalho. A presença de estudantes com deficiência nas classes regulares exige dos docentes não apenas conhecimentos específicos sobre determinadas deficiências, mas também capacidade de planejar práticas pedagógicas diversificadas, reconhecer diferentes formas de aprendizagem e construir estratégias que favoreçam a participação de todos.

Entretanto, atribuir exclusivamente ao professor a responsabilidade pela inclusão seria insuficiente. A prática docente está inserida em uma estrutura institucional que envolve gestão, currículo, recursos pedagógicos, formação continuada, condições de trabalho, profissionais de apoio e políticas educacionais. Dessa forma, os desafios enfrentados pelos professores precisam ser analisados em articulação com as condições concretas de funcionamento da escola.

A formação docente constitui, portanto, uma dimensão importante da inclusão, mas não pode ser compreendida como solução isolada para todos os problemas existentes. Uma formação adequada precisa estar articulada a políticas institucionais e educacionais que garantam condições objetivas para que os conhecimentos adquiridos possam ser transformados em práticas pedagógicas.

Nesse contexto, torna-se relevante investigar como os professores compreendem a inclusão, quais estratégias utilizam em suas práticas, quais dificuldades enfrentam e

quais apoios recebem da instituição. A análise dessas dimensões pode revelar contradições entre aquilo que os documentos oficiais estabelecem e as condições concretas encontradas pelos profissionais no cotidiano escolar.

8. Reflexões sobre a In(ex)clusão Escolar a partir da prática docente.

As vivencias construídas no exercício da docência constituem uma importante fonte de reflexão sobre o processo de inclusão e exclusão presentes na escola. A observação do cotidiano educacional permite identificar situações que evidenciam tantos avanços quando os desafios na implementação de práticas inclusivas.

Em diferentes momentos, é possível perceber esforços voltados para o acolhimento da diversidade e para a promoção da participação dos estudantes. Entretanto , também podem ser observadas circunstâncias em que barreiras pedagógicas, institucionais ou relacionais dificultam a efetivação dos princípios inclusos.

Essas experiências revelam que a inclusão não se concretizam de forma automática, mas depende de ações contínuas de reflexão, de planejamento e compromisso com a transformação educacional voltada a inclusão. Nesse sentido , a prática docente assume um papel relevante na identificação de desafios e na construção de estratégias que favoreçam uma educação mais equitativa.

Ao relacionar a teoria com a experiência profissional, amplia-se a compreensão sobre as múltiplas dimensões da inclusão escolar, permitindo uma análise crítica das contradições presentes na realidade educacional ,e contribuindo para o fortalecimento de práticas comprometidas com o respeito á diversidade a á participação de todos os estudantes.

Nesse contexto , a construção de práticas inclusivas requer sensibilidade, escuta e compromisso ético por parte dos profissionais da educação. Mais do que cumprir determinações legais, a inclusão pressupõe reconhecer a singularidade de cada sujeito e promover condições reais que favoreçam seu desenvolvimento integral.

9.A distância entre o discurso inclusivo e a realidade escolar

A partir das discussões apresentadas, torna-se possível compreender que a educação inclusiva se constitui em um campo marcado por avanços, desafios e contradições. De um lado, existe um conjunto significativo de legislações e políticas públicas que reconhecem o direito dos estudantes com deficiência à educação inclusiva. De outro, permanecem barreiras que dificultam a efetivação desse direito no cotidiano das instituições.

Essa distância entre o discurso e a prática constitui uma dimensão central para a presente pesquisa. Não se trata de negar os avanços conquistados pelas políticas de inclusão, mas de compreender que a existência de direitos formalmente reconhecidos não elimina, por si só, as desigualdades e barreiras presentes nas instituições educacionais.

Nesse sentido, analisar a inclusão escolar exige olhar para as práticas concretas, para as relações estabelecidas no cotidiano, para as condições de infraestrutura e acessibilidade, para as estratégias pedagógicas, para a formação dos profissionais e para as experiências dos próprios estudantes. É nesse cotidiano que os discursos inclusivos são materializados, ressignificados ou, em determinadas situações, contraditos.

A inclusão, portanto, deve ser compreendida como processo permanente de transformação da escola. Mais do que inserir estudantes com deficiência em espaços escolares regulares, trata-se de construir condições para que esses sujeitos participem efetivamente das experiências educativas e tenham garantido seu direito à aprendizagem. A partir dessa compreensão, investigar as manifestações de inclusão e exclusão no cotidiano escolar torna-se fundamental para identificar as barreiras existentes e refletir sobre as possibilidades de construção de práticas pedagógicas mais democráticas, acessíveis e comprometidas com a diversidade.

10.CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pratica docente ocupa um papel central na instrução de uma educação inclusiva, e é no cotidiano , no “chão da sala”, que diariamente desafios e descobertas acontecem, sempre buscando desenvolver estratégias que favoreçam á todos os alunos ali inseridos, seja ele com deficiência , ou não. Sendo assim , as experiências vivenciadas pelos docentes constituem em uma importante fonte de conhecimento sobre os limites e as possibilidades da inclusão escolar.

Refletir sobre a prática pedagógica permite compreender como determinadas ações podem contribuir para o fortalecimento da inclusão, ou,a contraponto reproduzir mecanismo de exclusão. No artigo, Discursos da inclusão escolar: modos de moralizar, modos de pensar , das autoras, Paula Henning e Kamila Lockman(2013) , trazem exatamente esse ponto, saber escolher currículos, estratégias, metodologias, analisar, reavaliar as práticas pedagógicas constantemente, com o objetivo de que possa ocorrer o ensino-aprendizagem de fato, tanto na socialização e convivência, quanto na construção de conhecimentos escolares.

A discussão sobre in(ex)clusão escolar revela que a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva ,exige mais do que garantias legais, é necessário promover mudanças, nas práticas pedagógicas, nas estruturas escolares e nas concepções sobre diversidade, nesse processo a reflexão crítica sobre a realidade educacional e sobre a prática docente trona-se fundamental para compreender os diversos desafios existentes, ainda, e contribuir para a construção de uma escola mais democrática e acolhedora. A inclusão chegou como regra, mas a estrutura, mal foi organizada.

Em minha prática docente, observei que durante todo o período em que estive inserida na escola, trabalhando diretamente com crianças com deficiências, por vezes, é preciso mais do que formação, ou estrutura adequada, é preciso ser mais humano, mas sensível e muito mais acolhedor, para que esse aluno, se sinta no mínimo confortável no espaço escolar, para a partir deste ponto, entender a individualidade de cada criança ali inserida.

A partir das experiências vivenciadas na prática docente , foi possível compreender que os desafios da inclusão escolar ultrapassam questões relacionadas á formação profissional e á estrutura física das instituições. Embora esses aspectos sejam

fundamentais, a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva também exige sensibilidade , empatia e compromisso com o acolhimento das diferenças presentes no ambiente escolar, e muita flexibilidade.

Ao longo da trajetória profissional , observou-se que cada estudante possui necessidades, potencialidades e formas próprias de interagir com o processo de aprendizagem. Nesse sentido , a inclusão não pode ser compreendida como um processo de adaptação do aluno aos padrões previamente estabelecidos pela escola, mas como um movimento de transformação das práticas pedagógicas e das relações construídas no espaço educacional.

Frequentemente , discursos que atribuem exclusivamente ao estudante a responsabilidade por sua adaptação a ambiente escolar acabem desconsiderando barreiras existentes no próprio contexto educacional. Dessa forma , torna-se necessário repensar concepções , metodologias , e estratégias de ensino que favoreçam a participação efetiva de todos os alunos.

Além dos avanços legais observados, nas últimas décadas documentos orientados como a BNCC(2018) reforçam a necessidade de uma educação comprometida com a equidade, o respeito e a garantia de aprendizagem. Contudo, a concretização desses princípios depende a articulação entre políticas públicas, gestão escolar, formação docente e práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade como parte constitutiva do ambiente educacional.

Conclui-se que a inclusão escolar não se resume á presença física do estudante a sala de aula. Ela pressupõe escuta, observações, um olhar atento, respeito ás singularidades, valorização das diferenças e a garantia de oportunidades reais de aprendizagem. Assim, a construção de uma escola inclusiva depende do compromisso coletivo de educadores, gestores, famílias, e da sociedade na promoção de práticas mais humanas , democráticas e acolhedoras, a necessidade de todos interessados na real aprendizagem e desenvolvimento do estudante com deficiência.

O extraordinário pode ser vivenciado nos espaços educacionais e é nesse espaço de escuta que a educação ganha vida, que a educação tem um significado para esse aluno, seja ele com deficiência , ou não, é preciso romper barreiras atitudinais. Por fim, a

inclusão de verdade assusta, porque exige mudar estruturas,por isso muita gente prefere fingir que inclui enquanto continua excluindo com educação.

Dessa forma, a discussão sobre inclusão escolar demanda uma reflexão crítica acerca das condições reais oferecidas pelas instituições educacionais, considerando os desafios ainda existentes entre avanços legais e a realidade das escolas, pois não estão caminhando juntos. Começaram com pontos de partidas diferentes, em todos os sentidos.

Falar sobre inclusão é fácil, os discursos são excelente, a teoria é incrível, o difícil é sustentar essa conversa com base na realidade escolar!

11.REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília,DF: Presidencia da República,1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02 março 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília,DF:MEC,2018

CORRÊA HENNING, Paula; LOCKMANN, Kamila. Discursos da inclusão escolar: modos de moralizar, modos de humanizar. Revista Diálogo Educacional, [S. l.], v. 13, n. 39, p. 541–557, 2013. DOI: 10.7213/dialogo.educ.10207. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/8264. Acesso em: 15 maio. 2026.

RUIZ SILVA, Gisele; CORRÊA HENNING, Paula. Entre leis, decretos e resoluções... A inclusão escolar no jogo neoliberal. Revista Diálogo Educacional, [S. l.], v. 14, n. 43, p. 843–864, 2014. DOI: 10.7213/dialogo.educ.14.043.AO01. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/1990. Acesso em: 10 maio. 2026.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2024.

FREIRE,Paulo , *Pedagogia do oprimido.17.ed.Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.*

FREIRE, Paulo.*pedagogia da autonômia: saberes necessários à prática educativa*.São paulo:Paze Terra , 1996.

MANTOAN,Maria Tereza Eglér. *Inclusão escolar:O que é? Por quê? Como Fazer?*São Paulo: Summus,2015.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. Educação inclusiva: práticas pedagógicas para uma escola sem exclusões. São Paulo: Paulinas, 2014.